

# EDUCAÇÃO E ORALIDADE QUILOMBOLA: O PROTAGONISMO KALUNGA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

**Patrícia Simone de Araujo<sup>1</sup>**  
**Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA/  
Universidade Estadual de Goiás<sup>1</sup>**

**Professor Orientador Sandro Dutra e Silva<sup>2</sup>**  
**Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA<sup>2</sup>**

## RESUMO

Este estudo analisa a valorização da oralidade Kalunga como eixo de construção do conhecimento histórico e pedagógico no município de Cavalcante (GO). Desenvolvido em parceria com uma escola de ensino médio local, busca integrar os saberes quilombolas ao ensino formal, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. O objetivo central é registrar e sistematizar narrativas orais para, em colaboração com a comunidade, elaborar um material didático que fortaleça a identidade cultural Kalunga e favoreça sua integração no ambiente escolar. As ações iniciais — rodas de conversa e oficinas culturais — já apontam para o fortalecimento do protagonismo quilombola e para a construção de práticas educativas inclusivas e antirracistas.

**Palavras-chave:** oralidade Kalunga; educação escolar quilombola; material didático.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo elaborar e refletir propostas pedagógicas que integrem ao ensino o conhecimento preservado pela tradição oral da cultura afro-brasileira, com ênfase na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, em Goiás. Com isso, busca-se analisar a riqueza cultural dessas populações e sua contribuição para a diversidade e a memória coletiva do território goiano.

A pesquisa, parte das atividades do estágio pós-doutoral desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) e intitulada *Vozes do cerrado: a oralidade Kalunga na construção do conhecimento histórico e cultural em Goiás*, está sendo realizada em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), unindo esforços institucionais para a valorização dos saberes tradicionais e a promoção da educação antirracista.

A comunidade Kalunga, situada no nordeste de Goiás, constitui o maior território quilombola do Brasil, abrangendo aproximadamente 253 mil hectares nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Formada por descendentes de africanos escravizados que fugiram do cativeiro nos séculos XVIII e XIX, a comunidade preserva sua cultura, tradições e modos de vida há mais de 300 anos (Baiocchi, 1999).

Em 1991, o território Kalunga foi reconhecido pelo governo de Goiás como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, reforçando sua importância histórica e cultural. Em 2021, recebeu da ONU o título de primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA) do Brasil, destacando seu papel na preservação ambiental e sociocultural. A comunidade está organizada em cinco núcleos principais: Contenda, Kalunga, Vão das Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois (Baiocchi, 1999).

Nos territórios Kalunga, esta investigação tem como foco o município de Cavalcante, onde se localizam os núcleos do Vão das Almas e do Vão do Moleque. A escolha dessa região se fundamenta na intenção de valorizar a oralidade como principal meio de perpetuação e preservação da cultura e da história da comunidade Kalunga. Essa característica está em consonância com o pensamento de Ki-Zerbo (2010), que destaca a oralidade como essencial para a transmissão da história africana. No entanto, os estudos ocidentais, historicamente, supervalorizaram as fontes escritas, desconsiderando a tradição oral como um meio legítimo de produção e disseminação do conhecimento. Nesse sentido, ouvir essas narrativas torna-se fundamental para desconstruir a visão eurocêntrica de que a história da África só teria início a partir do contato com o colonizador europeu, que a registra sob sua própria perspectiva.

Como enfatiza Ki-Zerbo (2010), a África tem uma História. Essa afirmação desafia os argumentos eurocêntricos que negavam a historicidade das sociedades africanas e reforça que a História da África antecede em muito a chegada dos europeus. Dessa forma, a oralidade desempenha um papel central na preservação da memória coletiva e na difusão intergeracional do conhecimento. Contudo, reconhecer que a África tem História não é suficiente; é necessário repensar abordagens teórico-metodológicas que valorizem as especificidades da pesquisa e do ensino das

temáticas africanas, garantindo que a oralidade seja compreendida e utilizada como um instrumento legítimo de produção histórica.

Este projeto fundamenta-se pela necessidade de integrar os saberes tradicionais da comunidade Kalunga ao ensino formal, em conformidade com a Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Ao reconhecer a oralidade como um meio legítimo de produção e transmissão do conhecimento, a pesquisa desafia a perspectiva eurocêntrica que historicamente marginalizou as narrativas de populações africanas e seus descendentes, promovendo sua valorização nos processos educativos. Diante desse contexto, o problema central desta pesquisa é: como integrar os saberes orais da comunidade Kalunga ao ensino formal, assegurando o reconhecimento e a valorização de sua tradição?

Para responder a essa questão, este estudo tem como objetivo registrar e analisar as narrativas orais da comunidade Kalunga, buscando compreender sua cultura e contribuições a partir de suas próprias perspectivas e vivências. Com base nesse conhecimento, pretende-se incorporá-lo aos processos educativos formais, garantindo seu reconhecimento e valorização. O conhecimento tradicional Kalunga será utilizado como uma ferramenta essencial na elaboração de materiais didáticos, desenvolvidos em colaboração com a própria comunidade. Dessa forma, o projeto visa fortalecer o protagonismo Kalunga na construção de propostas educacionais que respeitem e integrem seus saberes ancestrais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Oral (Alberti, 2013) para compreender como a tradição oral da comunidade Kalunga contribui para a construção da identidade e a preservação de saberes ancestrais.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente a pesquisa, utilizando estudos sobre oralidade e a memória cultural (Hampaté Bâ, 2010; Ki-Zerbo, 2010), comunidades quilombolas, sobretudo os Kalunga (Baiocchi, 1999) e educação afro-brasileira (Gomes, 2017).

Para a coleta das narrativas orais e a troca de saberes, já foi realizada a primeira roda de conversa com discentes do curso de História da UEG, do polo de

Cavalcante. Muitos desses estudantes são quilombolas Kalunga: alguns oriundos do Vão do Moleque e outros do Vão das Almas. A atividade contou também com a participação de pais, avós e até filhos de alguns deles, fortalecendo a dimensão de diálogo entre diferentes gerações.

O objetivo desse primeiro contato foi compreender, a partir de suas vivências, quais narrativas de sua cultura, tradição e ancestralidade estudantes, pais e avós desejavam tornar visíveis, promovendo um espaço de diálogo no qual pudessem compartilhar histórias, memórias e práticas culturais. Diferentemente da entrevista tradicional, essa metodologia possibilita a interação entre os participantes, tornando a oralidade um instrumento vivo de legado de conhecimento.

Como um dos desdobramentos da pesquisa, os conteúdos extraídos das rodas de conversa serão transformados em materiais didáticos, elaborados em colaboração com os próprios membros da comunidade Kalunga e os estudantes da UEG. O objetivo é produzir recursos pedagógicos acessíveis, que valorizem a oralidade e contribuam para a implementação da educação afro-brasileira nas escolas. Essa abordagem visa romper com a hegemonia da escrita na construção do conhecimento histórico, reconhecendo a oralidade como um meio legítimo de transmissão cultural e educacional (Hampaté Bâ, 2010). Além disso, a investigação oportuniza o questionamento a marginalização dos saberes tradicionais e reivindicar a valorização das epistemologias africanas e afro-brasileiras no ensino formal (Gomes, 2017).

## **RESULTADOS PARCIAIS**

As etapas iniciais do projeto voltaram-se para o registro das memórias orais e para o intercâmbio de saberes dentro da comunidade Kalunga. Para isso, promoveu-se uma primeira roda de conversa com estudantes do curso de História da UEG, polo de Cavalcante, grande parte deles pertencentes ao território Kalunga. O encontro também contou com a presença de pais, avós e até filhos dos discentes, o que reforçou a circulação de conhecimentos entre gerações e deu maior legitimidade à experiência vivenciada coletivamente.

O encontro aconteceu no Colégio Elias Jorge Cheim, em Cavalcante, por meio de uma roda de conversa com alunos do terceiro ano do ensino médio, muitos deles também pertencentes a comunidades quilombolas. Como desdobramento dessa

atividade, organizou-se uma feira cultural na própria escola, que possibilitou a integração das vivências e tradições quilombolas ao ambiente escolar. A partir desse diálogo coletivo, definiu-se para a realização da feira cultural, oficinas direcionadas aos estudantes do ensino médio da instituição. A primeira oficina, intitulada “Artes e Raízes”, teve como foco a exploração da simbologia das tranças, entendidas como práticas de identidade e resistência afrodescendente. O primeiro ciclo de atividades permitiu também a realização dos primeiros registros voltados à produção de um livro didático que terá como base a oralidade Kalunga e suas múltiplas formas de expressão cultural. Observa-se que essas primeiras ações do projeto fortaleceram a valorização da oralidade e das tradições Kalunga, promoveram o diálogo entre gerações e abriram caminhos para a integração da cultura quilombola ao espaço escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra**. Ministério da Justiça, 1999.

BÂ, Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Paris: Actes Sud, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 17 de mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: reflexões e desafios**. São Paulo: Pallas, 2017.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Ki-Zerbo, Joseph. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.